



INTERVENÇÕES HUMANAS NA NATUREZA AMAZÔNICA (SÉCULO XVII AO XIX)

Kelerson Semerene Costa

E escrever sobre a história ambiental em regiões como, por exemplo, a Mata Atlântica, no Brasil, ou a costa mediterrânea, na Europa, requer um grande esforço de reconstituição de paisagens há muito desaparecidas. Mas, teria motivos o historiador ambiental para se dedicar à história da Amazônia, região cuja cobertura florestal apenas nas últimas décadas tem sido submetida a um intenso processo de destruição? Pesquisas demonstram que, naquela região, as relações entre o homem e o mundo natural sempre estiveram marcadas por importantes transformações, algumas delas anteriores à chegada dos europeus. A ação humana pré-colonial sobre a natureza amazônica

legou produtos culturais que, em virtude das descontinuidades na ocupação de alguns sítios, foram recobertos por espessas camadas de sedimentos ou por densa vegetação, como que mimetizando a natureza. Por outro lado, a ação da sociedade colonial/nacional sobre o meio natural resultou em ameaças de extinção de espécies animais, em “crises ambientais” de caráter localizado e, ao mesmo tempo, em instrumentos legais destinados a controlar o acesso aos recursos naturais e a coibir sua destruição. São falsas tanto a noção de que o século XX herdou uma floresta virgem, quanto a idéia de que os europeus aqui encontraram uma natureza intocada.

Em comparação com a Mata Atlântica, intensamente explorada desde o século XVI e de cuja cobertura original restam apenas cerca de 7%, a Floresta Amazônica apresenta-se relativamente pouco alterada, restando dela ainda incólumes cerca de 80%. Mais ainda, embora a fixação colonial na região amazônica remonte ao início do século XVII, somente nas três últimas décadas do século XX registrou-se um processo de exploração da floresta em intensidade capaz de ameaçar sua sobrevivência e levar ao seu esgotamento no decorrer do século XXI. A persistência da floresta, aliada à tradicional noção de que a Amazônia é “terra sem história”, reforçou a idéia de que aquela região é dotada de uma “natureza intocada”.

Porém, ainda que não tenham sido capazes de alterar decisivamente o meio, visto em seu conjunto, legando, assim, às gerações que se seguiram a impressão de uma terra virgem e deserta, as intervenções dos europeus e seus descendentes sobre a natureza amazônica, entre o século XVII e meados do século XX, são objeto relevante para o historiador. Mesmo que muitas delas passem, hoje, despercebidas, foram significativas para o processo colonizador e revelam aspectos importantes para a compreensão das relações entre sociedade e natureza na região.¹

Sambaquis

Em relato produzido no ano de 1876, Domingos Soares Ferreira Penna informa sobre a exploração dos sambaquis do Pará, no litoral como no baixo Tocantins.² Seu trabalho é, ainda hoje, citado pelos modernos estudos de arqueologia.³ Porque, embora sejam poucas as informações nele reunidas, fixou um momento único desses depósitos de conchas e moluscos cuja continuada destruição tornou ainda mais difíceis os estudos para as gerações posteriores de arqueólogos. Ao mesmo tempo, fixou um aspecto da paisagem do litoral do Pará nas últimas décadas do século XIX, duramente transformado pela ação portuguesa e brasileira desde o século XVII.

A utilização de cal produzida a partir da queima das conchas dos sambaquis – regionalmente conhecidos como “minas de cernambi” – teve início ainda no século XVII. Naquele século, em data incerta, fornos foram construídos no Largo da Sé – ao lado do forte do Presépio – e ainda existiam em 1774, sendo demolidos anos depois.⁴ A cal, contudo, parece ter sido então empregada em modestas proporções. O barro, a madeira e as fibras vegetais foram,

¹ Os temas apresentados neste artigo foram considerados de maneira circunstanciada em COSTA, Kelerson S. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões* (1616-1920). Brasília: Universidade de Brasília, 2002. Tese de doutorado. Nesta ocasião, o autor expressa seus agradecimentos ao professor José Augusto Drummond, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

² FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. In: *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. vol. 2, p. 123-142. Originalmente publicado nos *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 85-99, 1876.

³ Conforme, por exemplo, ROOSEVELT, Ana. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPQ/SCT/PR, 1991. p. 103-142 e PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1992.

⁴ CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Ed. da UFPA, 1973. 2 vol. p. 108.

por muito tempo, os principais materiais de construção empregados nas edificações amazônicas. A demanda pelo material aumentou na medida em que as povoações se consolidaram e se ampliaram, multiplicando-se as obras em alvenaria. Por isso, diante da escassez e do caráter fragmentário das fontes de informação, o ritmo de crescimento de Belém parece ser um bom indicador do ritmo de exploração dos sambaquis.

Por cerca de 40 anos, até a segunda metade do século XVII, Belém permaneceu restrita às imediações do Forte do Presépio – fortaleza também construída em madeira, assinalando o sítio de fundação do núcleo urbano, em 1616 –, com pouquíssimas casas e moradores brancos. Só a partir da década de 1660 é que a povoação passou a fazer justiça ao epíteto de “cidade”, na opinião do jesuíta Felipe de Bettendorff. Mais tarde, nas primeiras décadas do século XVIII, expandira-se, distinguindo-se, então, dois bairros: o de Santana, em torno do núcleo original, e o da Campina. Em 1749, contava com 900 fogos,⁵ dos quais 450 ficaram vazios, por abandono ou por morte de seus moradores, ao final da grande epidemia de varíola e de sarampo que assolou o Pará desde 1743 até aquele ano⁶. A cidade voltou a crescer nas décadas seguintes, sob o impulso de sua elevação à condição de sede do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751.

No século XVII, eram raras as edificações construídas em pedra e cal. Em 1662, o padre Antônio Vieira dizia, das igrejas de Belém, que as “paredes são de barro, as colunas de pau tosco e as abóbadas de folhas de palma”⁷. Anos mais tarde, Bettendorff opinava que o Palácio do Governador seria “assaz grandioso, se fora de pedra e cal, e não de taipa de pilão”.

Um século depois, em 1784, Alexandre Rodrigues Ferreira informava sobre as casas existentes e sobre os métodos empregados na sua construção – permitindo distinguir três formas de aplicação da cal de cernambi. Observou ele que, das casas, “muito poucas se guarnecem de paredes de pedra e cal”. A maioria delas – havia, então, algo como mil fogos⁸ – eram simples, erguidas ao rés do chão, com paredes de “frontal”: as estruturas, formadas por esteios e caibros de acapú e de sepira atados por fibras de timbó-tica, eram preenchidas com barro quase sempre puro. Depois, eram caiadas com cal ou tabatinga. “Para resguardarem das chuvas o lugar imediato aos alicerces, que não têm, guarnecem-no de uma sapata de pedra e cal, revestida de tijolo”. Havia, também, casas mais sólidas e sofisticadas,

⁵ São as seguintes as estatísticas populacionais apresentadas por Baena, para a cidade de Belém: em 1749, 900 fogos e 6.574 habitantes; em 1788, 1.083 fogos e 10.620 habitantes; em 1800, 1.822 fogos e 12.500 habitantes; em 1825, 1.931 fogos e 13.247 habitantes; e, em 1830, 1.749 fogos e 12.467 habitantes. BAENA, Ladislau Antônio Monteiro. *Ensaio chorographico sobre a província do Pará*. Belém, 1833. p. 3-4.

⁶ Conforme CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Op. cit.. p. 183; D’AZEVEDO, João Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: Secult, 1999. Edição fac-sim. de Lisboa: T. Cardoso, 1901, e BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio chorographico.... Op. cit.*

⁷ Citado por CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Op. cit.. p. 105.

⁸ Continuo recorrendo aos números apresentados pelo *Ensaio chorographico sobre a província do Pará*, que aponta um total de 1.083 fogos no ano de 1788, quatro anos depois da passagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.

⁹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará*, citado por CRUZ, Ernesto. *História de Belém. Op. cit..* p. 43-44.

¹⁰ SPIX, Johann Baptiste von. & MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, s/d. vol. III. p. 15-16.

¹¹ Conforme cartas de João Pereira Caldas para as autoridades de Macapá e Mazagão, constantes do Códice 306 do Arquivo Público do Estado do Pará: de 30/8/1776 (Documento 64), de 25/9/1776 (Documento 94) e de 5/12/1776 (Documento 181).

¹² Conforme PROUS, André. *Op. cit..* p. 471.

¹³ FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit..* p. 125-130.

“umas com ombreiras e mais ornatos nas portas e janelas feitas de madeira pintada, e outras de tijolo de areia e cal, que finge pedra”⁹. Nessa época, as grandes e sólidas obras desenhadas pelo arquiteto bolonhês Antônio Landi já haviam sido erguidas.

Trinta e cinco anos depois dos registros feitos pelo naturalista baiano, o número de casas de moradia havia praticamente dobrado e, em 1819, Spix e von Martius encontraram ali casas de arquitetura simples e quase sempre térreas, porém “sólidas, construídas, em sua maior parte, de pedras de cantarias”¹⁰. Alguns anos mais tarde, entre 1835 e 1838, a Cabanagem provocou novo despovoamento, mas a curva ascendente foi retomada na década seguinte. Assim seguiu a expansão de Belém, em ritmo oscilante, mas, em seu sentido geral, crescente. Com ela, oscilou também a exploração dos montes de conchas que eram consumidos para a edificação das grandes casas dos engenhos dos rios Guamá, Moju e Capim, assim como para as obras das vilas de Macapá e Mazagão.¹¹ Muitos deles, certamente, foram reduzidos a pó nos anos em que o comércio da borracha conduziu à transformação do perfil dos principais núcleos urbanos – onde se ergueram teatros, palacetes, pontes, portos e praças – e mesmo ao surgimento de novas povoações e ao renascimento de outras, até então quase adormecidas.

Embora só indiretamente, por meio do acompanhamento da evolução urbana da região, possamos ter uma idéia do comportamento da atividade caieira, quando Ferreira Penna visitou as imediações do lugar de Salinas, 216 anos depois da fundação de Belém, os colonos haviam esgotado uma impressionante quantidade daquelas reservas que, uma a uma, foram convertidas em minas. Tão marcante foi a exploração dos sambaquis que, quando a arqueologia incorporou o que deles restava como sítios de pesquisa, o período de ocupação humana de que eram testemunho foi batizado com o nome de “Fase Mina”.¹² Das sete minas visitadas por Ferreira Penna nas imediações de Salinas, apenas quatro continuavam em atividade; as outras estavam esgotadas e eram consideradas “sambaquis extintos”¹³.

A atividade de produção de cal evidencia a grande capacidade de transformação da paisagem de que dispunha a sociedade que se organizou em torno de Belém. Os sambaquis formam elevações em diferentes moldes que compõem ou mesmo dominam a paisagem nas áreas em que ocorrem. Inúmeras dessas elevações simplesmente desapareceram, reduzidas a pó. A mina da Coroa Nova, por exemplo, formava, antes, uma alta colina, mas, em 1876, seu

¹⁴ FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 128-129.

¹⁵ FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 131.

¹⁶ FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 131.

¹⁷ FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 133. Grifo meu.

¹⁸ Conforme AB'SABER, Aziz. Ambiente e culturas: equilíbrio e ruptura no espaço geográfico ora chamado Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 236-254, 1987.

¹⁹ AB'SABER, Aziz. Ambiente e culturas:... . *Op. cit.* p. 243-244. A esse respeito, sugiro também a leitura da interessante descrição da “vida cotidiana num sambaqui”, feita com base nos estudos realizados sobre os sambaquis do litoral sul e sudeste, por PROUS, André. *Arqueologia brasileira. Op. cit.* p. 263-265.

²⁰ Uma outra data, sobre a qual não há consenso em virtude do método por meio do qual foi obtida, remeteria essa ocupação para 5.200 anos Antes do Presente. Conforme PROUS, André. *Op. cit.* p. 471. “Salgado” é a denominação para o litoral marítimo do Pará, entre Belém e o limite com o Maranhão.

²¹ Estima-se que, no litoral sul e sudeste, os construtores de sambaquis tenham desaparecido ou migrado cerca de 400 anos antes da chegada dos europeus.

²² Como informou, em 1662, Maurício de Heriarte: “Toda esta costa foi povoada de Índios naturais, porque em todas as bocas dos rios havia grandes povoações deles que com o tempo se despovoaram, e se meteram pela terra dentro”. HERIARTE, Maurício de. A descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas de Maurício de Heriarte. In: PAPÁVERO, Nelson. *et al. O novo Éden*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000. p. 224.

horizonte limitava-se aos troncos de mangue, e sua altura sobre o nível do igarapé não excedia seis metros.¹⁴ No estuário do rio Pará, os sambaquis de Curuçá e Jassapetuba “estavam ainda mais destruídos do que os da costa marítima”¹⁵. Em 1876, nenhum deles se elevava “sensivelmente acima do terreno circunvizinho”¹⁶. Ademais, “informações exatas” davam conta da existência de “um extenso cordão [de sambaquis] que começa oito milhas ao S. e termina quatro milhas ao N. de Cameté, todos no mesmo estado e condições dos dois já descritos”¹⁷.

Entretanto, além da transformação da paisagem, a exploração dos sambaquis evidencia que o meio sobre o qual atuaram os colonizadores não havia sido formado unicamente pela ação de forças físicas independentes da ação e da vontade humanas. É certo que o surgimento dos sambaquis em grandes extensões da costa brasileira dependeu da combinação e da sucessão de diversos fatores ambientais que criaram as condições tanto para a fixação de determinados grupos humanos como para o desenvolvimento, em profusão, de certa fauna que se constituiu na principal fonte de alimentos.¹⁸ Mas também é certo que aquelas elevações encontradas pelos portugueses desde o século XVI eram artefatos culturais que não resultaram do simples ato de acumular detritos alimentares, sendo dotados de “alto significado cultural”. Desempenhavam papel estratégico, ao oferecerem ao observador o domínio do espaço a longas distâncias, e eram sítios de práticas rituais e sepultamentos.¹⁹ Os sambaquis eram, enfim, o registro de uma ocupação humana que, no Salgado, ter-se-ia iniciado há aproximadamente 4.500 anos.²⁰ A ocupação conheceu diferentes fases. Em período incerto, mas bem antes da colonização portuguesa,²¹ os construtores de sambaquis já haviam desaparecido do litoral paraense, cedendo lugar a grupos que, cada vez mais, relacionavam seu modo de vida à floresta tropical, conferindo importância crescente à caça, à coleta de frutos silvestres e à agricultura, diminuindo, então, a importância da coleta de moluscos para a alimentação.

Formaram-se, assim, os sambaquis, pela alternância de momentos de ocupação com hiatos entre as diferentes fases da presença humana – quando eram abandonados apenas aos agentes naturais. André Prous admite que os povos que viveram na costa entre o Maranhão e o Pará até meados do século XVII²² ainda faziam uso dos sambaquis, em alguma medida, ao considerar que uma urna funerária mencionada por Ferreira Penna poderia “ter sido obra de outra cultura posterior, por exemplo dos Tupinambás que ocuparam a

²³ PROUS, André. *Op. cit.* p. 473.

região no século XVII, e podem ter reaproveitado o sambaqui²³. De toda sorte, na medida em que a sua função decrescia, tendendo ao desaparecimento, os depósitos de conchas incorporavam-se progressivamente à paisagem e foi assim, como formas de relevo recobertas por densa vegetação, muitas vezes cercadas pelo mangue, que aqueles artefatos se apresentaram aos colonizadores europeus.

Tesos

²⁴ Informações sobre arqueologia de Marajó foram tomadas em PROUS, André. *Op. cit.* p. 473-507.

²⁵ Deve-se notar que essas fases não se sucedem rigorosamente, observando-se sincronia parcial entre elas (AP: Antes do Presente).

Fenômeno da mesma ordem são os tesos da ilha de Marajó.²⁴ Essa ilha, assim como as suas vizinhas Caviana e Mexiana, além da costa do Amapá, registra cinco fases²⁵ de ocupação anteriores à chegada dos europeus: Ananatuba (3.500 a 2.200 AP), Mangueiras (3.092 a 1.800 AP), Formiga (2.100 a 1.600 AP), Marajoara (1.500 e 700 AP) e Aruã, a última fase de ocupação anterior aos europeus, desenvolvida, sobretudo, no Amapá – assentando-se nas pequenas elevações rochosas naturais aí existentes –, mas também em Marajó, desde o século XIII até o século XVIII, quando os Arawak históricos desapareceram da região em consequência do contato com os europeus.

Todas essas fases são conhecidas a partir de sua respectiva produção cerâmica, mas foi a fase Marajoara aquela que atingiu maior expressão técnica e estética em seus artefatos. Foram também os marajoaras os grandes construtores de tesos, aterros cuja função era proporcionar moradia, campos de cultivo e campos sepulcrais ao abrigo das enchentes periódicas, por isso é que se espalharam às centenas, sobretudo pela porção oriental da ilha, dominada por uma extensa planície de campos inundáveis durante boa parte do ano. As elevações naturais máximas de Joanes atingem apenas seis metros e, em sua porção oriental, são ainda inferiores. Os tesos, por seu turno, pouco se destacam por suas dimensões. Poucos se elevam acima de 6 ou 10 metros e a maior parte não passa de 0,5 até 5 metros acima do nível máximo das águas. A maior parte estende-se entre 10 e 70 metros e nenhum tem mais do que 140 metros de comprimento. Mas espalham-se em grande quantidade por vastas áreas, integrando-se à paisagem e ao relevo da região. São conhecidos mais de 400 tesos.²⁶ Muitas vezes, ocorrem em grupos, em que uma estrutura maior aparece rodeada por estruturas menores. Quando os europeus chegaram à grande ilha, o período de construção dos tesos havia se encerrado 300 anos antes, e as elevações devem ter-lhes parecido formações naturais. Um dos tesos mais conhecidos e um

²⁶ Conforme ROOSEVELT, Ana. *Op. cit.* p. 122.

dos primeiros a serem investigados – por Ferreira Penna e, antes dele, por membros da Comissão Geológica, como Hartt, Derby, Jobert e Schwacke – recebera o nome de Pacoval, por ter grande parte de sua superfície coberta por pacoveiras.²⁷ Muitas outras plantas também medravam nesse montículo que se elevava sobre uma ilha no grande lago de Arari – em torno do qual se concentram os principais sítios da fase Marajoara até hoje identificados –, ocultando as origens de sua arquitetura. Assim é que, ainda em 1905, Vicente Chermont de Miranda (1850-1907) – engenheiro civil e proprietário de fazendas de gado que se dedicava ao estudo da ilha – incluía o verbete “teso” em seu *Glossário paraense ou coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha do Marajó*, definindo-o nos seguintes termos, precedido de um asterisco a indicar o uso restrito a Joanes:

*TESO, *s. m.* – Parte elevada do campo que não alaga durante a cheia. Ex.: ‘É nos tesos que malha o gado durante o inverno. § Ilha de grande superfície. Sinônimo teso, ilha, alto, escalvado. Teso é o termo oposto a baixa; todo o terreno que durante as inundações emerge é teso. Ex.: ‘A fazenda São Lourenço tem mais tesos do que baixas’. Ilha é o teso de menores dimensões. Um teso pode ser formado por diversas ilhas separadas umas das outras por pequenos regos ou baixas. Ex.: ‘O teso do Jutai é composto de seis ilhas, duas grandes e quatro pequenas’. Alto é o terreno, nas fazendas de campos baixos, menos elevado do que a ilha ou o teso, o qual entre fevereiro e maio é coberto por meio a um palmo d’água. Escalvado é o alto rodeado de plantas fruticasas como o piri, a aninga, a partasana.²⁸

Dois anos depois, em 1907, Jacques Huber, responsável pela seção botânica do Museu Goeldi, fazia publicar no boletim do museu, com anotações suas, outro texto de Chermont de Miranda: *Os campos do Marajó e a sua flora, considerados sob o ponto de vista pastoril*. Ao recorrer também aos conhecimentos de Huber – sobretudo para uma precisa classificação botânica de acordo com padrões da nomenclatura científica –, o autor descreve quase uma centena de espécies de plantas forrageiras e outro tanto de não-forrageiras que ocorriam no Marajó. Mais do que simples enumeração de espécies, Chermont de Miranda estabelece verdadeiras fitofisionomias, ao descrever a flora a partir de suas particulares zonas de ocorrência, associadas sempre ao relevo. Divide, assim, os campos insulares em quatro categorias: os campos altos e os tesos, os campos medianamente alagados, as baixas profundas e os mondongos.²⁹ Mais uma

²⁷ Conforme FERREIRA PENNA, D. S. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. In: *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna. Op. cit.*, vol. 2. p. 143-175.

Pacoveira: planta da família das Musáceas, variação da bananeira, que produz frutos cujo consumo usualmente é feito mediante cozimento ou fritura (às vezes é chamada de banana da terra ou banana de São Tomé).

²⁸ MIRANDA, Vicente Chermont de. *Glossário paraense ou coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha do Marajó*. 2. ed. Belém: UFPA, 1968. p. 88.

²⁹ MIRANDA, Vicente Chermont de. Os campos do Marajó e a sua flora, considerados sob o ponto de vista pastoril. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia*, tomo V, 1907-1908, p. 98.

vez, os tesos aparecem totalmente *naturalizados* e, se no *Glossário paraense*, eram definidos como uma forma do relevo, aqui, se lhes associava uma particular vegetação.

Embora Chermont de Miranda tenha assinalado o emprego local do termo *teso*, restrito ao Marajó, essas estruturas ocorrem em diversas outras áreas da Amazônia, muitas vezes ocultas pela floresta, como revelam diversas pesquisas arqueológicas.³⁰

Despovoamento e abandono

A naturalização de artefatos culturais como consequência da descontinuidade da ocupação humana não ocorreu apenas em virtude de processos anteriores ao século XVI. Verificou-se, também, ao longo dos séculos seguintes, até o século XX, pois à rápida ampliação dos domínios lusos – os tratados de Madri e de Santo Ildefonso, que definiram, em linhas gerais, as atuais fronteiras amazônicas do Brasil, foram firmados, respectivamente, 135 e 157 anos após a expulsão dos franceses do Maranhão –, não correspondeu uma sólida e efetiva ocupação colonial, que foi sempre instável e marcada por oscilações e descontinuidades, assinaladas por dois tipos de fenômenos complementares.

Em primeiro lugar, os agentes coloniais muitas vezes provocaram o desaparecimento de diversos povos em regiões que só seriam efetivamente ocupadas décadas ou mesmo séculos depois. Por exemplo, a região do Alto Solimões era freqüentada por caçadores de escravos muito antes que qualquer estabelecimento colonial – religioso, militar ou civil – fosse aí fixado, na primeira metade do século XVII. Assim, em meados do século XVIII, após pouco mais de um século da fundação de Belém, quase todos os povos da várzea do Amazonas/Solimões estavam extintos e muitos desapareceram antes mesmo que os portugueses pudessem ocupar a região por eles habitada e antes que os agentes religiosos pudessem substituí-los pelos índios deslocados de seus territórios originais até os aldeamentos missionários. Criaram-se, desse modo, verdadeiros vazios demográficos, nos quais a floresta voltou a crescer, recuperando para o seu domínio áreas antes modificadas pelo homem, cujas obras de arte foram incorporadas à vegetação.

Em segundo lugar, além do despovoamento pela destruição de populações autóctones, mesmo os povoamentos coloniais muitas vezes eram abandonados e resultavam em ruínas. Criados, quase sempre, como local de apoio às atividades do extrativismo, à captura de escravos, à concentração

³⁰ De acordo com Ana Roosevelt: “Todas as grandes bacias de rios aluviais mostram essas culturas construtoras de tesos, e trabalhos preliminares nos interflúvios têm revelado importantes complexos dessas construções. Esses montes artificiais cobrem muitos milhares de quilômetros quadrados nas planícies da costa da Guiana, nas várzeas do Médio Orinoco, na Amazônia Boliviana, em afluentes da margem sul e no Delta do Amazonas. [...] O local de acampamento dos Sirionó [em território boliviano, no rio Beni, formador do Madeira] não é formado por florestas originais, mas sim por matas-galeria que cresceram sobre os grandes tesos pré-históricos, construídos como plataformas para núcleos urbanos e para cemitérios de urnas, de onde se vislumbram restos e canais de irrigação.” ROOSEVELT, Ana. *Op. cit.*. p. 120 e 131.

da força de trabalho indígena, ou para a defesa das fronteiras coloniais, os núcleos de ocupação ressentiam-se de diversas limitações: disponibilidade irregular de mão-de-obra, em razão das freqüentes fugas e revoltas indígenas, bem como da elevada mortalidade dos trabalhadores; grandes distâncias e dificuldades de comunicação e transporte; doenças endêmicas, como a malária, ou epidemias, como a varíola e o sarampo – em virtude dos quais Belém perdeu quase metade de sua população, em meados do século XVIII; esgotamento local de recursos naturais, explorados segundo métodos predatórios; ou oscilações da cotação dos produtos da floresta no mercado internacional.

Desse modo, a sustentabilidade dos núcleos de povoação era constantemente posta à prova e, com efeito, muitos conheceram o arruinamento. Entre os últimos anos do século XVIII e meados do século XIX, haviam desaparecido os lugares de: Alcobaça e São Bernardo da Pederneira, no rio Tocantins; Redondo, no termo da vila de Bragança; Tentugal, nas vertentes do rio Caeté; Catanhede, entre os rios Guamá e Caeté; Serzedelo, no rio Gurupi; Porto Grande, acima da vila de Ourém; Penacova, nas proximidades de Belém; Porto Salvo e Penalonga, no termo da vila de Vigia; Fragoso, no rio Jari; e a vila Vistosa da Madre de Deus, no rio Anauarapucú, ao sul de Macapá.³¹

Os lugares de São Marcelino, Conceição, São Philipe e São Martinho, no rio Branco, a vila de São José do Javari, no Solimões,³² e a povoação de São Matias, no rio Japurá, criados sob o impulso da demarcação de limites com os domínios espanhóis, nas últimas décadas do século XVIII, desapareceram nas três primeiras décadas do século seguinte.³³ Embora tivessem a finalidade de assinalar e assegurar a presença portuguesa em suas fronteiras mais remotas, não resistiram ao caráter precário da efetiva ocupação daquele espaço colonial.

Esse fenômeno não se restringe a um período determinado, mas é recorrente na história regional. Assim, ruínas também resultaram do declínio da economia da borracha, na segunda década do século XX. Do mesmo modo que o *boom* de exploração do látex ocasionou crescimento econômico, introdução de inovações tecnológicas, crescimento urbano, migrações e aumento populacional, a drástica redução das exportações de borracha provocou despovoamento e abandono de povoações, como foram os casos de Airão, Umarituba, São Tomé, Tomar, Castanheiro e Laranjal, no rio Negro, hoje totalmente retomadas pela floresta.³⁴

³¹ BAENA, A. L. Monteiro. *Ensaio chorographico sobre a província do Pará*. Op. cit.. p. 7.

³² BAENA, A. L. Monteiro. *Ensaio chorographico sobre a província do Pará*. Op. cit.

³³ MARCOY, Paul. Voyage de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique à travers l'Amérique du Sud. In: *Tour du Monde (nouveau journal des voyages)*. Paris: Hachette, 1867, tome XV. p. 130.

³⁴ Sobre o tema do arruinamento na história da Amazônia, consultar LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: Natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/EDUnB, 2000.

O extrativismo: esgotamento de recursos naturais e crises de produção

Em meados do século XIX, quando Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace (1848) e Ferreira Penna (1864) percorreram o baixo Tocantins – isto é, o curso do rio Tocantins entre a sua foz e as primeiras cachoeiras – aquela região ainda se apresentava muito fértil para a agricultura e rica em produtos naturais, sendo que o vigor da floresta havia tragado antigas povoações.

O Tocantins, porém, foi um dos primeiros rios explorados pelos portugueses após a fundação de Belém e, passados dois séculos e meio, ainda que se mantivesse vigorosa, a floresta ocultava marcas de intensa exploração. Em meio à enorme diversidade vegetal, já se podiam notar algumas lacunas: as castanheiras, antes abundantes, encontravam-se então apenas nos altos cursos dos rios; também o cravo, a baunilha e o óleo de copaíba só poderiam ser colhidos em locais de difícil acesso, o que causou a indignação de Ferreira Penna:

*Assim, graças à imprevidência ou barbaridade dos seus usufrutuários, o castanheiro, o craveiro, a baunilheira, a copaiabeira, quatro vegetais dos mais estimados pouco a pouco desapareceram ante a força do machado e do terçado daqueles mesmos que os deviam zelar, conservar e cultivar, se tanto fosse preciso.*³⁵

³⁵ FERREIRA PENNA, D. S. O Tocantins e o Anapu. In: *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, vol. 1. p. 115.

³⁶ FERREIRA PENNA, D. S. O Tocantins e o Anapu. *Op. cit.* p. 126.

Ferreira Penna ficou especialmente assombrado ao verificar o que sucedeu ao cravo, que “bem que outrora ali muito abundasse”, desde muitos anos já não constava “na estatística das produções naturais das margens do Tocantins e mesmo do Anapu”,³⁶ o que o levou a dedicar algumas páginas de seu relatório a esse protesto indignado. Ele constata o impressionante decréscimo da exportação de cravo entre meados do século XVIII e meados do século XIX.

A extração do cravo era praticada no Tocantins desde o século XVII e, já na segunda metade daquele século, os riscos de esgotamento eram tão evidentes que – como lembrava Alexandre Rodrigues Ferreira, também ele preocupado com o futuro do cravo, bem como com o de outros produtos vegetais – a Coroa portuguesa emitira um alvará, a 22 de março de 1688, proibindo a coleta na região dos rios Capim e Tocantins, sob pena de confisco do produto e de degredo para a fortaleza de Itapecuru.³⁷ Sem embargo dessas medidas e ponderações, após dois séculos de exploração, o cravo estava esgotado na região do baixo Tocantins e do Anapú e, por volta de 1830, um importante relatório

³⁷ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG/CNPq, s/d. p. 127.

sobre a situação da província do Pará já não incluía a casca entre as produções de Cameté e Baião, os dois principais núcleos urbanos daquela região.³⁸

A *Bertholletia excelsa* também foi, desde cedo, intensamente explorada nas terras altas do Tocantins, por causa de sua entrecasca – a fibra interposta ao tronco e ao cerne. Diversas espécies vegetais, nas mais diferentes regiões amazônicas, fornecem esse tipo de material, empregado por povos indígenas, em geral, como tecido para confecção de vestimentas e de máscaras rituais. Os portugueses logo passaram a empregar a entrecasca das castanheiras como estopa que, untada em breu, servia ao calafeto das canoas, como notaram os jesuítas Antônio Vieira – quando subiu o Tocantins, em 1653³⁹ – e, um século mais tarde, João Daniel⁴⁰.

Quanto aos frutos, foi no século XIX que as exportações de castanha alcançaram níveis expressivos, sendo mesmo, depois da borracha, “o mais eminente dos produtos extrativos”⁴¹. A manutenção de elevados níveis de produção de castanha foi possível pelo fato de que a safra dos castanhais não coincide, mas alterna-se com a dos seringais. Quando estes se tornam inacessíveis em períodos de inundação – pois se situam em terras baixas –, aqueles, típicos das terras altas, podem ser freqüentados mesmo em épocas de grande pluviosidade.⁴² Embora a coleta de castanhas não representasse ameaça evidente à castanheira, por não depender do seu abate, as árvores não estavam livres de perigos, porque a coleta era sempre acompanhada da velha prática de extrair estopa por meio do abate das árvores.⁴³

Apesar dos efeitos verdadeiramente nefastos dos métodos abusivos aplicados a vários produtos da floresta, muitas vezes incidindo sobre o desempenho da economia local, o cravo, a castanheira, a salsa, e muitos outros, ainda que rarefeitos em certas localidades, não estavam extintos ou ameaçados de extinção. Por muito tempo ainda, eles fizeram parte das intermináveis listas que revelavam ao mundo as riquezas da Amazônia. Então, se havia ainda na natureza produtos em quantidade tal que pareceria impossível aos homens esgotá-los, por que se preocupavam aqueles que se dedicaram a refletir sobre o desempenho da economia da Amazônia? A resposta é muito simples, se considerarmos a relação entre a sociedade e a dimensão do espaço amazônico, no período em questão: a disponibilidade de um recurso não depende apenas da sua existência na natureza, mas também da capacidade para alcançá-lo de que dispõe a sociedade que dele pretende usufruir.

³⁸ O relatório é o *Ensaio Chorográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, mencionado por FERREIRA PENNA, D. S. *O Tocantins e o Anapu. Op. cit.* p. 126.

³⁹ Citado em MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. p. 326.

⁴⁰ DANIEL, João. Tesouro descoberto no rio Amazonas. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 95, tomo I, p. 363.

⁴¹ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1980. p. 182.

⁴² SANTOS, Roberto. *Op. cit.* p. 184.

⁴³ “Antes, porém, de retirarem-se do castanhal, muitos ou a maior parte destes colhedores pagam com feia ingratidão ao castanheiro os frutos que lhes deu, despojando seu tronco da casca para reduzi-la a estopa”. FERREIRA PENNA, D. S. *O Tocantins e o Anapu. Op. cit.* p. 125.

Um século antes que Ferreira Penna fizesse soar o alarme para a escassez do cravo no baixo Tocantins e no Anapú, João Daniel já se dava conta dessa riqueza que se tornava inacessível a uma sociedade ribeirinha: em razão das matas intransponíveis, da inexistência de povoações que apoiassem os exploradores, e das ameaças que representavam os “índios bravos”.⁴⁴ Por sua vez, Alexandre Rodrigues Ferreira, no último quarto do século XVIII, alertava para o fato de que o esgotamento das reservas mais acessíveis seria extremamente prejudicial à economia extrativista. Em particular quanto às madeiras, afirmava que, embora as matas parecessem infindáveis, era preciso evitar sua “absoluta e indiscriminada” extração nas áreas próximas às margens dos rios, uma vez que “não basta que hajam as madeiras de estima, mas é também preciso que as hajam e se conservem nos lugares mais próximos, e que pela sua proximidade facilitem a sua condução: de outro modo vem a impossibilitar-se pelo tempo adiante a sua extração”⁴⁵.

Também a produção de salsaparrilha viu-se ameaçada.⁴⁶ Assim como a castanha, ela medra em terra firme e pode ser coletada mesmo em período de maior pluviosidade – o que é, aliás, preferível, pois o solo seco dificulta sua extração. Portanto, o período de coleta não coincide com o da seringa: começa em janeiro, quando termina a extração do látex, e se estende até março. Por não concorrer em esforços e investimentos com a insuperável seringueira, constituiu-se em um dos importantes itens da pauta de exportações do Amazonas e do Pará.

As expedições poderiam empregar dez ou quinze trabalhadores que, durante aqueles três meses, chegavam a colher entre 150 e 200 arrobas de salsa. Mas as plantas muitas vezes ocorriam em distâncias muito grandes umas das outras, de modo que era “preciso às vezes, andar uma légua e mais para colher-se dez ou doze libras”. Ademais,

*os que se empregam na extração da salsa não esperam passar segunda vez pelo mesmo lugar, e assim as plantas, cujas raízes são arrancadas, ou morrem, ou ficam tão maltratadas que dificilmente podem vingar. Daí veio a extinção dos melhores salsais perto dos povoados. Hoje é preciso ir buscar essa droga importante em lugares remotos, com muito trabalho e risco.*⁴⁷

Assim sendo, impunham-se deslocamentos cada vez maiores, de modo que, embora o período de coleta durasse três meses, “muitos fabricantes [gastavam] 5 e 6 meses, contando com o tempo empregado nas viagens”, para colher aquelas 200 arrobas.⁴⁸ Maiores distâncias, mais tempo, mais

⁴⁴ DANIEL, João. *Op. cit.* p. 397-98.

⁴⁵ DANIEL, João. *Op. cit.* p. 128.

⁴⁶ COUTINHO, João Martins da Silva. Breve notícia sobre a extração da salsa e da seringa: vantagens de sua cultura. Anexo ao *Relatório do presidente da província do Amazonas, Sinval Odorico de Moura*, de 25 de março de 1963. p. 41-51.

⁴⁷ COUTINHO, João Martins da Silva. Breve notícia sobre a extração da salsa e da seringa: *Op. cit.* p. 42.

⁴⁸ COUTINHO, João Martins da Silva. Breve notícia sobre a extração da salsa e da seringa: *Op. cit.* p. 42.

trabalho, mais despesas: uma atividade que tendia a tornar-se cada vez menos rentável. Foi o que, provavelmente, sucedeu também ao cravo do Tocantins, ao desaparecer da pauta do comércio local.

Críticas aos métodos predatórios e “legislação ambiental”

A degradação dos recursos naturais fazia-se acompanhar de críticas e de medidas coercitivas, algumas das quais já ficaram registradas acima. Cabe, aqui, um comentário maior sobre elas.

As eventuais crises da produção extrativista não resultavam apenas dos métodos danosos de exploração da natureza, mas também da organização da atividade extrativista. Isso foi percebido por alguns observadores preocupados, seja com o modelo de colonização aplicado pelo império português, no século XVIII, seja com a organização social e econômica do então jovem império do Brasil, no século XIX. Assim, a crítica aos métodos extrativos predatórios aparece intimamente associada a uma crítica da organização da produção e das bases da economia local. Essa dimensão crítica está presente nos textos de João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira, Silva Coutinho e Ferreira Penna.⁴⁹

No *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, João Daniel propõe um novo modelo de colonização da região. Suas propostas tinham o objetivo de incentivar uma utilização dos recursos naturais da Amazônia por meio da inovação técnica e da reorganização da propriedade e de todo o sistema produtivo, opondo-se à escravidão indígena e à escravidão negra. Opunha-se, também, à exploração extensiva das matas e das drogas do sertão e pregava a adoção de métodos agrícolas alternativos ao caráter itinerante da *derrubada e queima*, que esgotava as matas e as terras disponíveis, recomendando a utilização dos sedimentos férteis das várzeas, a exemplo do que observara junto a alguns povos indígenas. Criticou a destruição das árvores de pau-cravo e denunciou a dizimação das tartarugas e a matança desusada de peixes; sugeriu o cultivo doméstico das drogas do sertão e a criação de peixes e de quelônios.

A conservação dos recursos naturais, em João Daniel, é apenas um corolário de seu projeto social maior, no qual está implícita a idéia de que uma sociedade só pode se manter e se reproduzir se lograr não apenas alcançar os recursos de que necessita, mas, além disso, permitir que eles também se reproduzam. O mesmo acontece com as

⁴⁹ Como não cabe neste artigo análise pormenorizada das obras desses autores, remeto os leitores à minha tese de doutoramento, *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*, na qual pude considerar com maior detalhe as obras de João Daniel, Silva Coutinho e Ferreira Penna.

intervenções de Rodrigues Ferreira, Silva Coutinho e Ferreira Penna – embora elas não tenham assumido a dimensão de uma grande reforma como a sugerida pelo jesuíta. Silva Coutinho, por exemplo, também propôs o cultivo de produtos usualmente coletados na floresta, assim como a criação de tartarugas em cativeiro, em substituição à matança desenfreada desses animais que anualmente se promovia nas praias dos rios amazônicos e que mais de um observador denunciou como causa de uma possível extinção da espécie.

As críticas e propostas mais ou menos abrangentes desses autores resultam, por um lado, de anos de experiência e observação das práticas produtivas em vigor na Amazônia dos séculos XVIII e XIX, e da constatação de que o extrativismo – pelo menos tal como ele se organizou na economia colonial – era dotado de grande potencial destrutivo. Mas, ao mesmo tempo, tais propostas derivam de projetos civilizadores que se fundamentam nos pares de opostos: agricultura x extrativismo; estabilidade x nomadismo; cultura x natureza. Postulou-se a organização da economia da Amazônia com base na produção agrícola. Enquanto ao extrativismo correspondem incertezas, riscos, perigos e constante mobilidade – além da destruição indiscriminada dos recursos naturais –, à agricultura associam-se o planejamento, a segurança dos lugares conhecidos e a fixação dos homens em suas estáveis povoações. Mais do que isso, o extrativismo requer que os homens embrenhem-se nas florestas. A agricultura, ao contrário, conquista espaços – que ela domestica – a esses redutos da vida selvagem. A prática da coivara, por exemplo, foi condenada tanto por seu caráter destrutivo, como pelo fato de que, ao ser itinerante, não continha aquele elemento estabilizador próprio dos povos eminentemente agricultores e permitia, quase sempre, o retorno da floresta. Enfim, à oposição agricultura x extrativismo corresponde àquela entre cultura x natureza.⁵⁰

Essas opiniões eram, em geral, compartilhadas por autoridades provinciais que, contudo, viram-se impotentes para alterar a orientação da economia local, já que era justamente o extrativismo que, por meio da exportação, permitia o aumento das rendas provinciais e o enriquecimento de alguns comerciantes locais, ao mesmo tempo em que era a base do comércio interno. A agricultura tampouco conheceu grandes avanços. Enquanto isso, o extrativismo prosseguia, reproduzindo todas aquelas características criticadas desde o século XVIII.

Assim, as tentativas de conter os danos causados pela extração de produtos da floresta não incluíram uma ampla

⁵⁰ Aqui, não se propõe apresentar o debate agricultura x extrativismo em toda a sua complexidade. Esse debate prossegue, em nossos dias, porém em bases distintas daquelas em que ele se deu nos séculos passados. Procurei apresentar, apenas, proposições críticas que buscavam alcançar o que hoje chamáramos “sustentabilidade” nos marcos da sociedade colonial. Quanto à validade das teses então apresentadas, em particular a defesa da difusão da agricultura, cabe lembrar que predominava a idéia de que apenas um solo muito fértil poderia suportar uma tão densa floresta, o que, mais tarde, revelou-se falso. Porém, a mesma idéia pode ser encontrada, por exemplo, em escritos dos séculos XVIII e XIX referentes à atual região Centro-Oeste do Brasil, onde os agricultores buscavam, com sucesso, os solos dos “capões” ou manchas de floresta em meio aos campos de cerrado.

reforma social e econômica, limitando-se à adoção de medidas de conservação e de normas de acesso aos recursos naturais, por meio da imposição de penas para as práticas predatórias. Vimos, acima, que medidas de controle da extração de alguns produtos já haviam sido adotadas pela Coroa desde o século XVII. Foi, contudo, na segunda metade do século XIX que elas se difundiram no Amazonas e no Pará, sobretudo na forma de leis municipais, mas, também, de medidas adotadas no âmbito do governo provincial. Inúmeros artigos em diversos códigos de posturas passaram a controlar a derrubada de árvores, a extração de estopa das castanheiras, a prática das derrubadas e queimadas, a pesca, a “viração” de tartarugas e a coleta de seus ovos.⁵¹

⁵¹ As castanheiras mereceram lugar especial nessa legislação. Por exemplo, a lei provincial nº. 102, de 8/7/1859, determinava que cada município do Amazonas deveria estabelecer os locais para a extração da estopa, como forma de controlar e limitar aquela atividade, além de proibir, também, o corte de sorveiras, sob pena de multa ou prisão (Lei nº. 102, de 8/7/1859). Muitas outras espécies estavam ameaçadas e também foram objeto da legislação que se construía. Assim, a lei nº. 65, de 10 de setembro de 1856, autorizava o presidente da província do Amazonas, “a organizar os Regulamentos necessários para que da extração de óleo de Copaíba, da Salsa, do Cravo, e da Estopa, e do fabrico da Seringa, não resulte a morte e extinção das árvores, que produzem aqueles gêneros, fixando as épocas e o modo por que deverão ser feitos esses trabalhos”. No Pará, a lei nº. 1.162, de 12/4/1883, aprovou artigos de posturas para as câmaras municipais de Belém e de Vigia punindo com multa ou prisão aquele que destruísse as seringueiras e as castanheiras (Lei nº. 65, de 10/9/1856). Também os códigos de posturas das câmaras municipais de São Miguel do Guamá e de Santarém, do ano 1882, proibiam “golpear, cortar ou danificar” árvores na cidade, nas estradas e nos caminhos públicos, além de interditar o corte de cajueiros, andirobeiras, laranjeiras, castanheiros, seringueiras, bacabeiras, patauzeiros e açazeiros (Lei nº. 1.134, de 18/11/1882).

Considerações finais

Paisagens apenas em aparência naturais, em verdade produzidas pela ação humana; ruína e abandono de povoações; desaparecimento de povos; esgotamento de recursos naturais; espécies animais ameaçadas de extinção; debates, crítica ambiental e projetos de utilização sustentável dos recursos da natureza; legislação restritiva do acesso aos recursos naturais: tudo isso aponta para uma relação entre sociedade e natureza mais dinâmica, complexa e contraditória do que ordinariamente se considera para a Amazônia anterior ao século XX. Além desses, outro fenômeno que com eles se relaciona, mas que não pôde ser tratado nos limites deste artigo, refere-se às transformações na composição da população amazônica, vinculadas à desestruturação e ao extermínio de sociedades indígenas, bem como às grandes migrações de populações do Nordeste para a Amazônia, o que tem grande impacto na forma pela qual os homens concebem e representam a natureza e atuam sobre ela.

O historiador dedicado ao estudo das relações entre o homem e o mundo natural tem, portanto, à sua disposição, diversos temas de investigação. Apesar disso, estudos desse tipo, para a Amazônia, ainda são poucos, pois a preferência dos pesquisadores freqüentemente recai sobre regiões nas quais os resultados da ação humana sobre a natureza, no passado, são mais drásticos e visíveis, e onde a mudança é mais evidente. Enquanto isso, na Amazônia, as transformações ambientais são tema, sobretudo, das investigações sobre o tempo presente.

Além disso, desde o século XVIII, pesa sobre a Amazônia o estigma de ser uma “terra sem história”. Embora tal estigma esteja sendo combatido pela multiplicação

das pesquisas sobre a história regional, em nossos dias ele ainda se manifesta com vigor. Isso não ocorre apenas nas muito conhecidas representações que constituem o senso comum. Ao contrário, o estigma manifesta-se, também, em diversos estudos e análises sobre a região, que fazem tábula rasa do passado. Isso tem ocasionado mais de um equívoco, entre os quais menciono aqui apenas dois: a já tão combatida crença no paraíso intocado, inspiradora de uma vertente de idéias e políticas de conservação; e a busca, em um tempo incerto de um passado remoto, dos fundamentos da identidade cultural das populações extrativistas da Amazônia, ignorando seu processo de formação e as profundas transformações sociais e culturais pelas quais elas se forjaram, e reduzindo-as, bem como a seus modos de vida, a mera expressão cristalizada do passado. Mas isso é tema para outra ocasião.

Kelerson Semerene Costa é graduado e doutor em História e assessor técnico da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF.
semerene@terra.com.br